

## **Abordagens e práticas de trabalho com jovens das ONGs brasileiras**

Livia De Tommasi\*

Julho 2004

Este texto se constitui de duas partes: na primeira, traço um rápido panorama geral das modalidades de atuação das Organizações não governamentais (ONGs) brasileiras junto aos jovens; na segunda, me aprofundo na análise daquelas ações que visam apoiar a constituição dos jovens como atores sociais<sup>1</sup>, fazendo algumas considerações sobre questões metodológicas.

Primeiro uma premissa: há três anos, vivo e trabalho na cidade do Recife, no Nordeste do Brasil, coordenando uma proposta de criação de uma rede entre cerca de 25 projetos que realizam ações com jovens, em sua grande maioria desenvolvidos por ONGs. Meu olhar sobre o trabalho desenvolvido pelas ONGs junto ao público juvenil é inevitavelmente influenciado por esse lugar específico de observação que é a região Nordeste, caracterizada por altos índices de pobreza mas também por uma rica e significativa história de mobilização e intervenção política da sociedade civil organizada.

Outra premissa importante: "o campo das ONGs hoje no Brasil é muito diversificado, incluindo organizações com diferentes histórias, propósitos, perfis e experiências. Algumas carregam décadas de experiência tendo, muitas vezes, a luta contra a ditadura como marco de sua origem. Outras nascem no período da redemocratização e buscam inserir temáticas específicas nas discussões sobre direitos. Outras ainda, nascem nos anos 90, muitas vezes estimuladas pelas possibilidades de parceria com o poder público na execução de certas políticas. Algumas têm sua identidade marcada por um tema específico; outras, pelo território em que se inserem." (Projeto Juventude, Documento de conclusão: versão inicial para discussão,

---

\* Socióloga, Coordenadora do Projeto Redes e Juventudes. Esse texto foi publicado na *Revista de Estudos sobre Juventud-JOVENes*, Ano 9, n. 22, enero-jun., México : Centro de Investigación y Estudios sobre Juventud, Instituto Mexicano de la Juventud.

<sup>1</sup> Ator social é um sujeito que atua no espaço público, expressando suas demandas e orientando sua ação para perseguir determinados objetivos. Para os teóricos dos movimentos sociais, um ator social organiza e orienta ações coletivas, partindo da construção de uma identidade coletiva orientada à transformação social (Cfr. A. Touraine, *Le retour de l'acteur*, 1984; A. Melucci, *L'invenzione del presente*, Bologna, Il Mulino, 1982). Nesses sentidos, falar de jovens como atores sociais significa considerá-los enquanto sujeitos capazes de se organizar a partir do reconhecimento de sua identidade juvenil, colocar suas questões no espaço público e pautar a definição de políticas públicas que respondam a seus interesses, necessidades e aspirações de mudança.

complementação e ajustes, São Paulo: Instituto Cidadania, 2004, p. 83). Essa diversidade se reflete numa heterogeneidade de formas e propostas de ação com jovens. Pela finalidade analítica que aqui me proponho, apontarei algumas tendências que se configuram como centrais nessa heterogeneidade, sem ter a pretensão de querer abranger a totalidade das abordagens e formas de atuação com jovens atualmente implementadas pelas ONGs brasileiras.

As reflexões aqui apresentadas têm como referência e, de certa forma, sistematizam, as discussões ocorridas em alguns eventos promovidos pelo projeto que coordeno, o “Redes e Juventudes”, em particular no Seminário sobre metodologia de ação com jovens e na Oficina sobre elaboração de projetos de jovens (ambos realizados em 2003), assim como o debate ocorrido durante uma oficina sobre ONGs e juventude, promovida pelo Projeto Juventude<sup>2</sup> em abril de 2004. Quero agradecer, portanto, aos participantes desses eventos, que considero, de alguma maneira, co-autores deste texto<sup>3</sup>; sem me furtar, entretanto, de assumir a inteira responsabilidade sobre o conteúdo do mesmo.

## **1. Panorama geral**

### 1.1 O foco da atenção: desde crianças e adolescentes a jovens

Durante os anos 80 se desenvolveu no Brasil um importante movimento em favor dos direitos da criança e do adolescente que resultou na aprovação, em 1990, do Estatuto dos Direitos da Criança e do Adolescente, uma carta de definição e garantia de direitos inspirada na legislação internacional. A elaboração do Estatuto foi fruto de um amplo processo de mobilização da sociedade, no qual diferentes atores do setor público, do setor privado e do chamado “terceiro setor” tiveram um papel significativo.

Até meado dos anos 90, portanto, a discussão sobre a temática da juventude ficou restrita à faixa etária até os 18 anos, e foi pautada especificamente pela questão dos “menores”, ou seja os adolescentes considerados em situação de risco social, os que vivem e/ou trabalham nas ruas e os que estão em conflito com a lei.

---

<sup>2</sup> O Projeto Juventude se constituiu num amplo processo de consulta, pesquisa, debate e elaboração de propostas, desenvolvido pelo Instituto de Cidadania a partir de junho de 2003. O objetivo foi: “projetar a questão dos jovens e suas urgências como um tema de primeira grandeza no campo da política, da ação governamental e das mobilizações brotadas na própria sociedade civil”. Cfr. [www.projetojuventude.org.br](http://www.projetojuventude.org.br)

<sup>3</sup> Agradeço em particular Helena Abramo, Juarez Dayrell e Regina Novaes, que têm contribuído nesses espaços trazendo seus olhares analíticos, ajudando a aprofundar e ampliar as discussões.

Muitas ONGs, antes e depois do Estatuto, foram criadas para realizar ações de atendimento direto de crianças e adolescentes, e visavam especificamente “prevenir” as condutas de risco, ampliando as oportunidades formativas e de uso “saudável” do tempo livre.

Somente na segunda metade dos anos 90 começam a surgir projetos de intervenção que visam atingir os jovens, entendendo com isso uma faixa etária que inclui os maiores de 18 anos. O foco no público juvenil é motivado tanto pela análise dos dados demográficos, que revelam um alto índice do contingente juvenil na população brasileira, como pelo grande número de casos de violência envolvendo jovens que ocorrem no país. O problema é que, muitas vezes, se aplicam ao novo público as mesmas abordagens e formas de trabalho desenvolvidas com crianças e adolescentes, como se a ampliação da faixa etária não significasse uma mudança nas problemáticas, nas potencialidades e nos desejos vividos pelo público atendido<sup>4</sup>. Pode-se constatar que no discurso de muitos educadores, tanto do setor público como das ONGs, o termo ‘jovem’ é utilizado como sinônimo de criança ou adolescente; a mudança dos termos parece ser mais consequência de uma “onda” que começa a se espalhar, do que de uma transformação significativa na forma de olhar e considerar o público atingido.

Muitos projetos começam a ser desenvolvidos como resposta à disponibilidade de financiamentos de alguns fundos governamentais, em particular o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador)<sup>5</sup> e a Comunidade Solidária<sup>6</sup>; porém algumas (poucas) ONGs,

---

<sup>4</sup> “A condição juvenil é dada pelo fato de os indivíduos estarem vivendo um período específico do ciclo de vida, num determinado momento histórico e cenário cultural. No contexto atual, juventude é, idealmente, o tempo em que se completa a formação física, intelectual, psíquica, social e cultural, processando-se a passagem da condição de dependência para a de autonomia em relação à família de origem. (...) Portanto, trata-se de uma fase marcada centralmente por processos de definição e de inserção social. (...) A condição juvenil não pode mais ser compreendida como apenas uma fase de preparação para a vida adulta, embora envolva processos fundamentais de formação. Ela corresponde a uma etapa de profundas definições de identidade na esfera pessoal e social, o que exige experimentação intensa em diferentes esferas da vida. (...) O reconhecimento da especificidade da juventude tem que ser feito num duplo registro: o da sua singularidade com relação a outros momentos da vida e da sua diversidade interna, que faz com que a condição juvenil assuma diferentes contornos.” (Projeto Juventude: 2004, pág. 10). Para um aprofundamento dessa temática cfr. M. Sposito, Indagações sobre as relações entre juventude e a escola no Brasil, texto publicado neste mesmo livro, e Dayrell, Juarez & Carrano, Paulo Cesar R., Jovens do Brasil: Dificuldades de finales del siglo y promesas de um mundo diferente. *JOVENes, Revista de Estudios sobre juventud*, Nueva Época, Año 6, nº 17, julio-Diciembre 2002. México, DF.

<sup>5</sup> O Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) é um fundo nacional, constituído com recursos provenientes da folha de pagamento dos trabalhadores, destinado ao pagamento do auxílio desemprego e de programas de desenvolvimento econômico. É gerenciado por um conselho tripartite, formado pelos representantes das centrais sindicais, dos empresários e do estado.

<sup>6</sup> O Programa Comunidade Solidária é a versão brasileira dos Fundos sociais que foram criados nos anos 90 em muitos estados da América Latina, como parte dos “pacotes” das políticas de ajuste estrutural. Foi criado em 1995

como a Ação Educativa de São Paulo, iniciam na mesma época programas inspirados por um olhar que considera a especificidade da condição juvenil e a dificuldade dos jovens de tornar visíveis suas questões no espaço público<sup>7</sup>.

Recursos como os do FAT e da Capacitação Solidária<sup>8</sup> originaram, particularmente em alguns estados onde se teve mais facilidade de acesso a eles, a uma grande proliferação de “cursinhos profissionalizantes”: cursos que, com uma carga horária reduzida, pretendiam oferecer oportunidade de profissionalização com vista à inserção no mercado de trabalho. O acesso relativamente fácil a esses financiamentos tem se dado num momento bastante crítico na história das ONGs brasileiras, quando os recursos provenientes dos organismos e entidades internacionais, que tinham sido muito significativos na época da ditadura, são fortemente reduzidos. A América Latina redemocratizada passa a não ser mais prioridade, ao mesmo tempo em que se configura como prioridade a atenção para países mais pobres, como os da África, e para os países que surgem da queda do bloco socialista.

Assim, muitas ONGs que até então nunca haviam desenvolvido programas de capacitação ou atuado com o público juvenil, começam a desenvolver ações nessas áreas para contornar a situação crítica em que se encontravam pela falta de recursos vindos do exterior.

## 1.2 O papel das fundações empresariais

Nos anos 90, a problemática da juventude começa a ser objeto também das preocupações de alguns institutos e fundações empresariais, como resposta à atenção prioritária que essas instituições resolvem dar à questão da pobreza e da exclusão social, principalmente nas regiões mais pobres do país, como o Nordeste. Nesse âmbito

---

pelo governo Fernando Henrique Cardoso, e o Conselho do Programa era presidido pela primeira dama da República, Ruth Cardoso.

<sup>7</sup> Para o surgimento do programa de juventude da Ação Educativa foram determinantes as contribuições de Marília Sposito, presidente da ONG, e de Helena Abramo, chamada a coordenar o programa, que tinham realizado estudos pioneiros e de referência em âmbito acadêmico sobre as novas formas de expressão juvenil (Cfr. M. Sposito, A sociabilidade e a rua: novos conflitos e ação coletiva na cidade, in Tempo social n. 5, 1994; H. Abramo, Cenas Juvenis: punk e darks no espetáculo urbano, Editora Scritta: São Paulo, 1994).

<sup>8</sup> O programa Capacitação Solidária, criado no âmbito da Comunidade Solidária, financia cursos para capacitação profissional de jovens com idade entre 16 e 21 anos, de baixa renda e escolaridade, que vivem nas periferias das principais regiões metropolitanas do país. Os cursos são realizados por organizações da sociedade civil, tais como empresas privadas, associações de bairro, cooperativas e sindicatos.

é elaborado e disseminado o conceito de “protagonismo juvenil”<sup>9</sup> que hoje em dia orienta o trabalho da maioria dos programas e das ações, governamentais e não governamentais, dirigidas aos jovens. Cabe destacar aqui que a abordagem promovida pelas fundações empresariais tem influenciado de forma muito significativa o trabalho no campo da juventude no país, isso porque as instituições que se propuseram a atuar nesse campo resolveram não ser meros financiadores, e sim pautar o trabalho social a partir de seus referências e de suas definições programáticas. Fundações como Odebrecht, Kellogg, Instituto Ayrton Senna e, mais recentemente, Instituto Credicard, definiram otimizar o impacto de seus financiamentos direcionando-os exclusivamente para projetos de ONGs que se encaixam dentro do quadro de diretrizes, estratégias e objetivos definido por elas. Dessa forma, passam a influir fortemente sobre o trabalho desenvolvido junto ao público alvo<sup>10</sup>.

Geralmente a atenção da sociedade e do poder público pelo universo juvenil é pautada pela visão dos jovens como problema social, vítimas ou causadores de violência e protagonistas de atos criminosos, assim como pelo impacto das estatísticas sobre consumo de drogas e difusão das DST/AIDS. A maioria das ações desenvolvidas se propõe, assim, “ocupar os jovens em seu tempo ocioso” pressupondo que o universo juvenil seja constituído de indivíduos apáticos e sem interesses, que passam a maioria de seu tempo, na melhor das hipóteses, sem fazer nada e, na pior, ocupados em atividades criminosas. Nesse panorama, a proposta de considerar os jovens não mais como problema e sim como “parte da solução”, elaborada pelas fundações e apropriada por muitas ONGs, tem operado uma mudança considerável no discurso e nas práticas de ação com jovens. Mas partindo desse referencial são outras as questões críticas que surgem, como o risco de fazer recair sobre os ombros dos jovens a responsabilidade de solucionar os complexos problemas sociais, já que uma limitação da ação das fundações empresariais é que, pela própria natureza dessas instituições, muitas vezes consideram de forma somente tangencial a complexidade social e a conjuntura político-econômica na qual se insere o trabalho social, como se as mudanças pudessem ocorrer num

---

<sup>9</sup> Antonio Carlos Gomes da Costa, *Protagonismo Juvenil: a formação do jovem autônomo, solidário e competente*, São Paulo : Modus Faciendi, 1996. Para ter uma idéia da enorme difusão do conceito no Brasil, basta fazer uma pesquisa na Internet, onde podem ser encontradas mais de 1300 referências.

<sup>10</sup> As primeiras três entidades citadas, junto com o Banco Nacional de Desenvolvimento, tem dado vida a um projeto que se tornou referência nacional no trabalho com jovens: a Aliança com o Adolescentes pelo Desenvolvimento Sustentável no Nordeste, desenvolvido inicialmente em três regiões do Nordeste, com o objetivo de “desenvolver através do protagonismo juvenil o capital humano, social e produtivo do Nordeste brasileiro, gerando uma tendência irreversível de desenvolvimento local sustentável.”

“limbo” construído a partir da ação dos projetos desenvolvidos, sem a influência de variáveis externas. O papel do estado na definição e implementação de políticas públicas é, muitas vezes, posto em segundo plano com relação à valorização das capacidades e potencialidades de transformação dos indivíduos e dos programas desenvolvidos no âmbito do terceiro setor<sup>11</sup>.

Em todo caso, o papel significativo assumido pelas fundações empresariais no campo da juventude é um traço específico do Brasil.

### 1.3 A relação com o estado: execução de projetos governamentais

As orientações neoliberais do governo de Fernando Henrique Cardoso instauraram uma nova relação do estado com as entidades da sociedade civil, que se tornaram interlocutores importantes para a prestação de serviços, ou seja, executoras de programas e projetos definidos em âmbito governamental. Os argumentos que defendem essa “terceirização” dos serviços sociais consideram que as ONGs têm mais agilidade e capacidade de resposta criativa aos problemas, mais contato direto com o público alvo e conhecimento das realidades locais e, por isso, são mais eficientes na execução dos programas sociais. De fato, contratando os serviços de alguma ONG o estado consegue evitar o complicado e difícil caminho burocrático da licitação.

Essa postura do estado tem provocado uma grande proliferação de ONGs<sup>12</sup>, que hoje ocupam um lugar significativo na constituição da esfera pública brasileira; por outro lado, o fato de considerar as ONGs como interlocutores privilegiados tem enfraquecido a relação do estado com os movimentos sociais. O que tem acontecido, muitas vezes, é uma substituição dos atores em campo: as ONGs, que originalmente nasceram para apoiar a ação dos movimentos sociais e a construção de atores da sociedade civil, tem tomado o lugar desses (mulheres, índios, negros ou jovens) na relação com o estado.

Da mesma forma, a ênfase na execução de projetos e na prestação de serviços, que é uma tendência geral no panorama do trabalho desenvolvido pelas entidades da

---

<sup>11</sup> Exemplo disso é a ênfase exagerada sobre o chamado “empreendedorismo juvenil”, indicado nos programas como a solução, quase mágica, para o problema do desemprego juvenil.

<sup>12</sup> “Ninguém sabe ao certo quantas ONGs atuam no Brasil. Estima-se a existência de 500 mil. E também não é conhecido o volume de recursos movimentado pelas ONGs” (Filantropia pede transparência, Matéria publicada no site de Integração, a revista eletrônica do Terceiro Setor.) Para aprofundar o tema cfr. S. Haddad, ONGs e Universidades: desafios para a cooperação na América Latina, São Paulo: Peirópolis e Abong, 2004.

sociedade civil inclusive na Europa<sup>13</sup>, tem enfraquecido o trabalho de mobilização e intervenção política que muitas ONGs, sobre tudo aquelas criadas durante ou logo após a ditadura, vinham desenvolvendo. É sempre mais difícil, para não dizer impossível, encontrar financiamentos para esse tipo de atividades. Mesmo os Centros de Defesa, que na época da aprovação do ECA desenvolveram um importante trabalho de defesa jurídica e de denuncia dos atos de violência cometidos contra crianças e adolescentes, hoje em dia redirecionaram suas atividades executando programas de atendimento direto, nas áreas da profissionalização e do lazer.

De fato, entre os integrantes das ONGs é recorrente a pergunta: estaríamos, com nossas ações, substituindo o papel do estado?

#### 1.4 Algumas tendências e finalidades das ações desenvolvidas

No que diz respeito à tipologia das ações implementadas pelas ONGs junto aos jovens, uma tendência significativa se refere ao âmbito da cultura: cursos de teatro, musica, danças populares, capoeira etc., chegando até aos mais modernos cursos relacionados com a cultura hip-hop (DJ, graffite, break dance). De fato, as ONGs foram pioneiras em reconhecer as diferentes formas de expressão juvenis e a necessidade de dar espaços para que essas diferentes formas pudessem se desenvolver<sup>14</sup>. Mas, muitas vezes, a formação nas áreas artísticas é considerada somente um instrumento pedagógico para o desenvolvimento pessoal e social e não um fim em si mesmo. Ou seja, a idéia é que por meio dos cursos nessas áreas se “atraem” os jovens, se levanta a auto-estima resgatando as raízes culturais; não se pensa na arte como expressão, criação e produção cultural.

Por outro lado, não pode se dizer que a maioria dos cursos implementados permitam uma efetiva profissionalização dos jovens, e, ainda menos, que aumentem as oportunidades de inserção no mercado de trabalho. Sem entrar aqui numa discussão mais aprofundada sobre a relação dos jovens com o mundo do trabalho, não resta duvida que cursos de 40 ou 100 horas não podem efetivamente profissionalizar, e que a

---

<sup>13</sup> Hoje no Brasil, está começando a se difundir a lógica de financiamento estatal já amplamente utilizada na Europa, o pagamento de um per capita: as entidades recebem um recurso equivalente ao numero de atendidos; por exemplo, nos Consórcios sociais da juventude criados no âmbito do Programa I emprego, as ONGs recebem 2,50 reais mensais por cada jovem atendido pelo programa.

<sup>14</sup> Cfr. Helena Abramo, *Cenas Juvenis: punk e darks no espetáculo urbano*, Editora Scritta : São Paulo, 1994; Paulo Carrano, *Os jovens e a cidade: identidades e práticas culturais em Angra de tantos reis e rainhas*, Rio de Janeiro : Relume Dumará : FAPERJ, 2002; Juarez Dayrell, “Cultura e identidades juveniles”, in *Ultima Década* n° 18, Viña Del Mar: CIDPA, 2003.

ênfase (e os importantes financiamentos) dada à questão da profissionalização esconde o fato que entre o aumento da profissionalização e o ingresso no mundo do trabalho não existe uma relação direta.

Em todo caso, geralmente os jovens nesses projetos são considerados como beneficiários, como objetos das ações e não como sujeitos de direitos. Quando são indicados como protagonistas o são, em geral, no âmbito de ações não definidas por eles.

Uma distinção importante a fazer quanto as finalidades das ações é sobre o fato dos jovens serem considerados como meio ou como fim. Ou seja, uma coisa é considerar os jovens como instrumentos para atingir o desenvolvimento econômico e social das comunidades, ou para atingir outro público, como as crianças<sup>15</sup>; outra coisa é ter como objetivo o desenvolvimento dos próprios jovens, ampliando suas possibilidades de expressão, organização e participação autônoma na sociedade. Como oportunamente observaram Helena Abramo e Juarez Dayrell: “muitos pensam no jovem como ator de transformações. Mas quem define o modelo de transformação e os modos de atuação dos jovens? Será que chegamos com modelos de participação já prontos e não levamos em conta as formas próprias de participação juvenil? Ou então construímos modelos ideais como ‘protagonismo juvenil’? Quem define as questões, a pauta de reivindicações? Será que as pautas das comunidades seriam as mesmas das dos jovens? Em outras palavras, será que as questões juvenis são consideradas relevantes?”<sup>16</sup>

Em todo caso, é preciso salientar que uma coisa é ter como objetivo o desenvolvimento social, pressupondo avançar no caminho do progresso dentro do quadro da ordem econômica e social estabelecida, outra coisa é visar a transformação social, econômica e política.

O olhar positivo de Regina Novaes sobre o trabalho das ONGs considera que: “Se a gente aumenta o campo de possibilidade dos jovens ou dos lugares, fazemos uma grande transformação política. Se os jovens participam de um projeto de uma ONG

---

<sup>15</sup> Se enquadram nessa tipologia depoimentos tipo: “os adolescentes passam a ser veículos de uma estratégia para estimular uma mobilização dos adultos”, e “esse tipo de envolvimento possibilita a identificação dos problemas das comunidades levando a uma maior sensibilização e motivação desses jovens para o desenvolvimento de trabalhos conjuntos”.

<sup>16</sup> Comentário feito no âmbito do seminário sobre metodologia de ação com jovens, promovido pelo Redes e Juventudes, Recife julho de 2003.



ampliam seu campo de possibilidades, isso muda o espaço público. Fazer com que o jovem consiga projetar seu futuro: isso é trabalho político. Você cria uma alternativa.”<sup>17</sup>

Outro risco dos projetos desenvolvidos pelas ONGs é de formar uma “casta” de jovens comprometidos com o trabalho social, que venham a se diferenciar dos outros jovens “ociosos” e descompromissados. Os “inquietos” que merecem todo nosso apoio e a nossa atenção e, por outro lado, os que não querem nada e se envolvem com drogas e outras atividades ilícitas. Os “bonzinhos” e os “maus”.

De fato, os jovens que participam de programas de ONGs se diferenciam e se distanciam dos jovens de seu ambiente, e um dos problemas freqüentemente levantados pelos educadores é como manter os elos com a comunidade<sup>18</sup> de origem. Voltaremos sobre esta questão na segunda parte do texto.

### 1.5 A abordagem formativa

Sem dúvida, a abordagem principal ao trabalho com jovens é aquela orientada pela idéia de formação. A idéia subjacente considera que para os jovens serem protagonistas de qualquer tipo de ação na sociedade precisam de preparação, ou seja, ser formados por educadores competentes. Essa abordagem remete a uma visão da juventude como fase de transição para o mundo adulto: os jovens têm que ser formados para enfrentar essa transição e uma entrada apropriada, como cidadãos conscientes de seus direitos e deveres, na fase adulta. Como bem sintetiza Miguel Abad “parece que a formação é a única coisa importante, entendida como ‘aculturação’ (todos os contos sobre a ‘qualificação da participação’). Isso quer dizer que se pensa, por exemplo, que basta formá-los em ‘democracia’ para que se tornem cidadãos, ou em desenho de projetos, para que tenham projetos próprios.” (M. Abad, Posibilidades y limitaciones de la participación juvenil para el impacto en la agenda publica: el caso del Consejo Municipal de Juventud de Medellín, in: Última Década n°17, Viña Del Mar: CIDPA, 2002., p. 83).

---

<sup>17</sup> Comentário feito no âmbito da oficina sobre elaboração de projetos de jovens, promovida pelo Redes e Juventudes, Gravatá dezembro 2003.

<sup>18</sup> Usamos o conceito de comunidade como comunidade de sentidos: “Quando eu falo em comunidade não é uma limitação física geográfica. Digamos que o Hip-hop é uma comunidade de sentidos.” (Beth Rangel, educadora do Liceu de Artes e Ofícios da Bahia). Ou seja, comunidade é também quem está organizado ao redor de uma determinada temática, de um objetivo, de uma forma de expressão.

Reconhecendo que a escola não está cumprindo como deveria seu papel formativo, tarefa das ONGs seria então oferecer aos jovens de classes populares um acréscimo formativo tanto em termos de “formação para a cidadania” como em termos de profissionalização. Nisso se inclui, geralmente, alguma ação direcionada à “elevação da autoestima”: se reconhece que os jovens de classes populares não conseguem atingir bons resultados e não conseguem construir seus projetos de vida porque sofrem de um complexo de baixa auto-estima. Assim, muitas ações de formação para a cidadania têm como objetivo a elevação da auto-estima, por meio das ações mais variadas que vão desde o curso de capoeira à participação em espaços de debate político. Mas será que a elevação da auto-estima pode ser considerada um fim em si mesmo, que deve ser perseguido por meio de ações específicas? Ou é uma consequência de outros tipos de ações que miram a favorecer a inserção dos jovens na sociedade, tanto no trabalho como nos espaços de participação social e política?

Em todo caso, mesmo quando as atividades desenvolvidas têm como objetivo formar sujeitos autônomos e fortalecer sua capacidade de organização e intervenção social, a formação é a principal estratégia utilizada e os adultos se colocam como educadores na relação com os jovens público alvo de suas ações.

Vale ressaltar que, apesar desta centralidade da abordagem formativa, poucas vezes as ONGs se colocam como objetivo interferir para provocar mudanças na vida escolar dos jovens atendidos; ao invés, o paralelismo das ações formativas implementadas é camuflado por meio de uma presumida “complementaridade” com a escola.

## **2. A constituição de atores juvenis autônomos**

Vou me aprofundar agora na análise da abordagem que visa fortalecer os jovens como atores sociais, com capacidade de colocar suas questões no espaço público e de pautar a definição de políticas públicas que lhe dizem respeito. Essa abordagem vem sendo desenvolvida, em particular, por algumas ONGs criadas por grupos de jovens, geralmente de classe média ou, em alguns casos, egressos de programas desenvolvidos por ONGs.

Três questões parecem ser centrais nesse processo: a construção de sujeitos autônomos, o fortalecimento da organização juvenil, a participação nos espaços de decisão e debate político.

## 2.1 Os percursos de construção da autonomia

A preocupação central e mais recorrente, sobre a qual se debruçam educadores e coordenadores de projetos é a questão da autonomia. Como trabalhar com os jovens, como construir caminhos formativos e experiências que permitam e fortaleçam a constituição de sujeitos autônomos?

Apesar desse ser indicado como o objetivo explícito de muitos projetos, todos concordam sobre sua complexidade. De fato, a conquista da autonomia é um percurso difícil e tortuoso, mesmos para muitos jovens de classe média ou alta. Para o nosso caso, nos interessa analisar os percursos de construção de autonomia que se dão no interior de projetos desenvolvidos pelas ONGs.

Vejamos alguns depoimentos de educadores, recolhidos durante os nossos eventos<sup>19</sup>:

“O mais enfatizado nas discussões foi a questão da autonomia. Como facilitar ou conquistar autonomia e qual o papel do educador? A autonomia foi considerada uma questão muito relativa, pois a possibilidade de tomar decisões e fazer opções está limitada por condicionantes econômicos, culturais, de gênero e sociais; muitas vezes possibilitadas apenas por movimentos mais amplos de grupos. Foi ainda enfatizada a importância das iniciativas do jovem nesse processo de construção da autonomia, mas sem negar a importância e o papel do educador.”

“Um outro problema é a reprodução da fala institucional por parte do jovem ou então a referência que eles têm de seus educadores. Meus 40 alunos estão falando igual a mim, reproduzindo a minha fala, quando eu menos esperava. Daí vem um novo desafio que é estimulá-los a ter sua própria expressividade”

Mas o que entendemos por autonomia? Na fala dos educadores:

“A escolha é a condição da autonomia. Jovens autônomos são aqueles que sabem escolher e se responsabilizam por suas escolhas. As escolhas fazem o projeto de vida.”

“Autonomia não é somente ter fala, é saber nomear (ter escolha), é respeito à diversidade (ao outro), ser reconhecido e respeitado como sujeito de idéias. E existe

---

<sup>19</sup> As falas de educadores e jovens citadas não foram gravadas e sim simplesmente registradas durante os eventos. Prefiro portanto omitir os nomes dos autores, inclusive por não comprometê-los a assumir as opiniões expressas durante os livres debates.

uma autonomia em diferentes níveis: do projeto, da sociedade, do indivíduo. Muitas vezes as ONG's dizem: 'você pode ter autonomia, mas dentro desse modelo que a gente propõe', por exemplo: estar no conselho gestor de uma entidade não significa poder definir. Outra questão: não se pode ser autônomo se não se tem dinheiro."

"A autonomia não se alcança e pronto, vem se constituindo ao longo da vida"

Certa vez, tentamos construir uma definição de autonomia com um grupo de jovens que desenvolviam uma pesquisa para mapear os grupos juvenis existentes na cidade do Recife. Estes ficaram um bom tempo se questionando sobre quais grupos deveriam ser pesquisados, ou seja quais grupos de jovens deveriam ser considerados como efetivamente autônomos. À pergunta: o que é autonomia?, eles responderam:

- É a pessoa ter sua própria decisão, ter sua própria fala.
- É poder tomar suas próprias decisões e realizá-las.
- É a pessoa ser confiante no que faz.
- Não depender de outras pessoas.
- Pensar, fazer por si próprios, sem esperar que a ação venha de outros, podendo haver parcerias ou não.
- É toda construção, manifestação, opinião e tantas outras coisas que os jovens realizam sem, com ou contra os "adultos". Objetivando fins específicos.
- Ser arquiteto (pensar) e pedreiro (fazer).
- É ter a capacidade de se avaliar, tomar suas decisões.
- É ser líder de suas atitudes e buscar interagir num grupo, assumir compromissos e ações.
- Ter liberdade política: ir à direita, à esquerda, para cima, para baixo, para dentro, para fora, tudo ao mesmo tempo ... quando e como quiser.
- É ter a capacidade de se manobrar sozinho, com atitudes corretas, exatas.

Podemos ver que o conceito de autoria é muito forte nessas definições: ser autônomo significa pensar, escolher caminhos com a própria cabeça, poder expressar livremente a própria opinião, mas também assumir a responsabilidade das próprias ações e ter confiança em si mesmo de forma a poder definir seu projeto de vida. Ao mesmo tempo, estas respostas sugerem que para os jovens é difícil assumir a possibilidade de errar, provavelmente pelo fato que geralmente o mundo adulto aponta neles mais erros do que acertos.

O que me parece fundamental na construção do conceito de autonomia que emerge da fala dos jovens é a questão da confiança: poder contar com a confiança dos outros, com o apoio e o estímulo dos adultos que acompanham suas trajetórias e experimentações. Nos clichês amplamente difundidos na sociedade os jovens não são dignos de confiança, são "cabeças quentes" que querem agir seguindo seus instintos

sem querer assumir as conseqüências das próprias ações. Ao invés disso, afirma um jovens:

“A autonomia é produto de um relacionamento mútuo onde existe respeito, interação, confiança, reconhecimento mútuo da condição de sujeitos, acreditar que os jovens são capazes de andar com suas próprias pernas”.

Uma jovem amiga comentou comigo sua sensação de se sentir ‘invisível’ na interação com o mundo adulto: até as crianças são mais consideradas e ouvidas do que os jovens, pelo menos com elas se faz alguma gracinha, algum comentário carinhoso. Os jovens são, simplesmente, ignorados. E se são negros e pobres, suscitam desconfiança e até medo.

Tudo isso nos remete à questão da relação entre adultos e jovens. Pelo que discutimos até aqui, resulta claro que essa relação no interior das ONGs, quase que exclusivamente, é vivida como uma relação entre educadores e educandos. Prova disso é a dificuldade vivida pelas ONGs criadas por jovens que querem ser considerados como “parceiros” dos jovens com os quais trabalham. Mesmo quando não queremos e explicitamente negamos a identidade de educador, o costume faz com que os jovens considerem todo e qualquer organizador de projeto com o qual entram em contato como um “educador”. E, nessa relação educador-educado, é difícil escapar da visão tradicional de educador como aquele que “sabe” e transmite seus conhecimentos e aprendizados para os educandos. Difícil escapar de uma certa “infantilização” dos jovens, de tratá-los como seres que, por estar em processo de formação, são ainda desprovidos de saberes socialmente válidos e, portanto, incompletos, incapazes por enquanto de agir com consciência e responsabilidade e escolher seus caminhos de vida de forma autônoma. Na fala de um jovem:

“Eu sofri muito na minha vida por não ter espaços onde pudesse me expressar. Dizem-me: ‘você é muito jovem, não pode falar’. Eu nunca tive um ponto de referência, sempre me decepcionaram porque falam bonito e fazem outra coisa, não escutam, não aceitam a nossa opinião.”

Por isso, quando os jovens entram no mundo do trabalho, muitas vezes por mais difíceis que possam ser as condições, vivem isso como uma ocasião de grande crescimento, porque finalmente são tratados como pessoas responsáveis por suas ações (além de obter ganhos monetários que com certeza é um caminho importante para a conquista da autonomia).

Talvez devêssemos pensar mais no papel dos adultos como os de acompanhantes dos percursos de busca e de experimentação dos jovens, pessoas de referência que os sustentam nos momentos de fragilidade e de dúvida sem fazer julgamentos e sem dar lições<sup>20</sup>.

Uma outra questão, provavelmente constitutiva da relação adulto/jovem, mas da qual raramente se fala, é a do conflito. Diz Regina Novaes: "O problema do protagonismo é quando não existe o antagonismo, quando se esconde o antagonismo, pois o conflito é gerador". Às vezes parece, nos relatos dos educadores, que se vive "no melhor do mundo", onde a convivência com os jovens é totalmente harmônica e privada de conflitos<sup>21</sup>.

Em todo caso, uma questão importante a ser pensada é de que maneira se estrutura a formação de sujeitos autônomos. A ONG Ação Educativa, por exemplo, desenvolve uma metodologia que procura formar na ação: aprender a fazer fazendo, experimentando.

Outros depoimento vão na mesma direção:

"Autonomia – faz parte do processo de aprendizagem e para aprender tem que se experimentar, errar."

"Trabalhamos inicialmente a pessoa. Melhoramos a comunidade melhorando o ser. Aproximamos os jovens do mundo do trabalho, das questões do governo. Eles passam a ter acesso a uma informação mais ampla, fazemos ele participar da vida pública, da cultura, etc. Educadores e facilitadores não dão aula, estão compartilhando experiências".

O fortalecimento da identidade, é indicada muitas vezes como um componente fundamental da construção de sujeitos autônomos.

---

<sup>20</sup> Na Itália, se trabalha com o conceito de "adulto significativo": "um adulto responsável, que sabe gerar e regenerar as relações sociais, que sabe intuir e ir além, que sabe viver com a memória, conectando passado e futuro no presente, que sabe viver o perdão" (Paolo Raciti, mimeo). Essa abordagem se inspira nos trabalhos de Alberto Melucci e Anna Fabbrini que, colocando os adultos no campo de observação, observam os jovens a partir da relação com os adultos e vice-versa: "Um adulto que não se coloca simplesmente num lugar que se situa além da adolescência, mas se faz questionar por ela, é um adulto que nunca terminou de se confrontar com a instabilidade e a indefinição. E que portanto pode se colocar em relação com o potencial e com o risco da mudança que os jovens lhe propõem." (A. Fabbrini & A. Melucci, *L'età dell'oro*, Milão: Feltrinelli, 1992, p.21-22 – *a tradução é minha*).

<sup>21</sup> A dificuldade de nomear e trabalhar os conflitos, em todo caso, não é característica exclusiva do trabalho com jovens; em outro estudo indiquei como essa dificuldade é constitutiva das abordagens relacionadas ao trabalho social e inspiradas na educação popular, ainda muito difusas entre as ONGs brasileiras (Cfr. Lívia De Tommasi, *A busca da identidade*, Tese de doutorado em Sociologia, Paris, Universidade de Paris I, 1997).

“No sentido de tentar fortalecer os jovens, o Instituto Sertão introduziu no processo de formação uma nova primeira etapa, a etapa do “ser”, para trabalhar a identidade juvenil.”

Outro fator importante para a conquista da autonomia é a possibilidade de interferir, intervir na definição do próprio processo formativo e do projeto do qual se participa. Como afirmei anteriormente, geralmente os jovens são chamados a ser “protagonistas” de atividades definidas por outros. Assim, os educadores se questionam:

“Qual é o peso que tem o jovem na definição da metodologia de trabalho: será que a inserção do jovem é difícil porque tudo já foi pensado e se encontra em processo de funcionamento? Como envolver o jovem numa metodologia que ele não idealizou? Precisamos indagá-lo mais. É um erro pensar que o jovem não tem suas ideias sobre o funcionamento institucional; ele também espera algo de uma instituição.”

“Eu acho que é necessário ter acesso à metodologia porque isso é um processo também de aprendizagem. O jovem não pode ser protagonista daquilo que o adulto pensou”.

“A autonomia passa, necessariamente, pela inclusão dos jovens no processo de planejamento das ações, de tomada de decisões e das busca de recursos para desenvolvimento dos seus projetos”.

Mas é um erro pensar que essa inclusão se faça automaticamente, simplesmente pelo fato de abrir espaços para isso no interior dos projetos. Geralmente, nas instituições se utiliza um linguagem técnica, que não faz parte do universo dos jovens e dificulta sua participação nas ações de planejamento e na própria relação com os adultos.

“De certa forma, mesmo quando é aberto o processo de discussão, acabamos fechando por conta da linguagem utilizada pelos técnicos. Devemos trabalhar com diferentes linguagens para a gente não se limitar”

Isso nos remete ao processo de escuta necessário e, diríamos, fundante, de qualquer relação com o “público alvo”<sup>22</sup>. Os educadores se questionam: “em que medida nossas ações têm tocado o desejo, o querer dos jovens?”

“Na sociedade não existem espaços onde os jovens possam expressar suas ideias, falar o que pensam, dizer o que querem, pois nem na escola, espaço criado para os jovens, existe a possibilidade de expressão dos jovens.”

---

<sup>22</sup> Fabio Pena, coordenador do projeto de jovens da ONG Saúde Alegria, tem chamado nossa atenção sobre a necessidade de trocar o termo “público alvo” por aquele de “público amado”.

De fato, muito raramente temos notícias da realização de diagnósticos prévios à definição das ações a serem desenvolvidas, com o intuito de analisar as demandas e necessidades dos jovens e elaborar projetos que tenham em conta, para a definição das atividades e dos objetivos, dessas demandas e necessidades. Oportunamente, Helena Abramo e Juarez Dayrell perguntaram, no final do seminário sobre metodologia de ação com jovens: “será que são os adultos que definem as demandas juvenis”? Ou seja: “será que temos clareza a respeito do jovem que pretendemos atingir? Em que medida os trabalhos desenvolvidos partem de definições prévias a respeito desse jovem? Será que conhecemos de fato o jovem com quem atuamos? Como conhecemos esse jovem?” Voltamos assim a uma das nossas questões iniciais: desenvolver projetos de intervenção com jovens, muitas vezes, não implica em se debruçar para conhecer de perto os sujeitos com os quais se pretende trabalhar.

Ao invés disso, num projeto elaborado pela ONG Pangea, de Salvador, encontrei uma interessante definição dos traços da identidade do público ao qual se dirige:

“... o nosso esforço, nesses anos, direciona-se no sentido da experimentação contínua, junto com esses jovens etnicamente e socialmente (historicamente) definidos, das melhores modalidades para estimular mudanças profundas de visão e comportamento, ou seja, sistemas de idéias incorporadas por gerações, que bloqueiam o desenvolvimento pessoal integral dos indivíduos e a construção da própria Democracia no Brasil.

E que, através dos nossos referenciais e da nossa prática pedagógica aprendemos a identificar e descortinar, chamando-os de *5 Vícios Capitais*:

1. Considerar-se, como afro/índio-descendente, inferior ao outro; não reconhecer nem valorizar as próprias raízes; não valorizar os próprios iguais. **FALTA DE AUTO-ESTIMA**
2. Não se considerar capaz de direcionar a própria vida: esperar sempre direções e salvação de outros / dos outros. Perceber-se sempre na mão de outros. Não assumir papel protagonista da sua vida; deixar sendo levados pelos acontecimentos. Pelos impulsos da natureza. **VISÃO FATALISTA E CONFORMISTA**
3. Privilegiar sempre a dimensão emocional, em detrimento da racional. Não saber EQUILIBRÁ-LAS, integrá-las e aproveitá-las, as duas, da forma melhor, nos momentos certos. **VISÃO EMOCIONAL /SUBJETIVISMO**
4. Não ter compreensão do Público: dos espaços públicos, da coisa(*RES*)-pública. Não ter Responsabilidade com o bem comum. Despreocupar-se com tudo aquilo que fica fora do próprio espaço doméstico, e alcance. **VISÃO ALIENADA, DE-RESPONSABILIZADA**
5. Não querer entender / pré-ocupar-se com o CONCEITO DE QUALIDADE: em tudo que se faz. Não se esforçar mais do que o suficiente. Não ter ambição de crescimento (não acreditando em si próprio). **VISÃO PREGUIÇOSA E MEDIÓCRE**

Uma contradição forte nessa busca da construção da autonomia é aquela vivida quando as ONGs tem a exigência de mostrar os resultados de seu trabalho aos



financiadores e precisam então que os jovens “vistam a camiseta” da entidade, se apresentando no espaço público como os jovens da entidade tal (e não como os jovens de um grupo ou de um bairro).

Mas além das exigências dos financiadores, se reconhece muito claramente quando os jovens fazem uma fala institucional, e quando colocam suas necessidades, desejos e opiniões de forma autônoma<sup>23</sup>. Em nossos eventos, temos tido grande dificuldade quando abrimos espaços para os jovens falar de si mesmos, como se a dimensão pessoal e subjetiva não fosse legítima nem legitimada no espaço da intervenção social. Além disso, assumir uma identidade institucional é relativamente fácil e, de certa forma, confortante, para indivíduos cuja identidade de jovens (geralmente pobres e negros) é constantemente negada, diminuída e, não raras vezes, pisoteada.

Nesse sentido, uma pergunta recorrente na fala dos educadores é: como e quando “cortar o cordão umbilical” entre os jovens e a instituição? Muitas vezes, parece que esse momento não chega nunca e as instituições abrigam os jovens por tempo indeterminado, ou criam uma série de grupos “filhotes”, ampliando o trabalho da própria instituição. Isso é muito comum nas instituições que trabalham com as “crianças de rua”, assim como com os dependentes de drogas, que se liberam de seus percursos de marginalidade mas não conseguem se inserir em atividades externas à instituição. Evidentemente, as trajetórias de “recuperação” não instrumentalizam esses indivíduos a criarem uma vida autônoma.

No caso das ONGs, essa dependência não é somente conseqüência da relação paternalista criada com os jovens, mas também do fato que muitas vezes, conscientemente ou não, se levanta a expectativa nos jovens de ser absorvidos como trabalhadores da própria instituição. De fato, mesmo para os jovens que saem da universidade, o mercado do terceiro setor virou um mercado bastante atraente para quem quer desenvolver alguma atividade gratificante, interessante, não repetitiva (mesmo se as relações trabalhistas são, nesse âmbito, altamente precárias). Mas a expansão desse setor esbarra nos limites das fontes de financiamento, ainda bastante

---

<sup>23</sup> No seminário de discussão sobre metodologia de ação com jovens, no qual participaram jovens e educadores dos projetos integrantes do “Redes e Juventudes”, foi realizada uma interessante dinâmica chamada de “espaço aberto”: cada participante do seminário podia indicar um tema que queria que fosse discutido num espaço aberto dentro do seminário. Dos 8 temas propostos, somente 3 foram propostos por jovens, que abriram o debate apresentando o trabalho institucional desenvolvido pela entidade da qual participavam.

limitadas, e nas grandes dificuldades burocráticas para a criação de entidades ou associações.

Assim, uma outra condição importante para os jovens se constituírem como atores sociais é a de trabalhar não somente com os próprios jovens, mas também com seus interlocutores adultos e a sociedade em geral. Voltamos às falas dos educadores:

“O caminho seria apenas ensinar aos jovens a linguagem técnica? Não seria preciso também um trabalho com o mundo adulto na perspectiva de compreenderem os jovens e suas linguagens também?”

“Sobre a as iniciativas de mobilização e intervenção social dos próprios jovens, teve um consenso sobre a falta de credibilidade que os jovens têm na sociedade; esse é um dos fatores da fraqueza do engajamento social deles”.

Um importante papel das ONGs seria, portanto, o de dar visibilidade às potencialidades dos jovens e tornar-se tradutores de suas questões e propostas. Ainda mais na relação com os possíveis financiadores de projetos elaborados pelos próprios jovens; nesse caso é preciso:

“Forçar mudança nas regras do jogo. Por exemplo, forçar para que os grupos não precisem de CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica) para ter acesso aos financiamentos. As ONGs devem abrir canais de diálogo, exposição e visibilidade social para o jovem”.

## 2.2 Apoio à organização<sup>24</sup>: grupos ou indivíduos?

Ainda sobre a questão da identidade, cabe ressaltar o papel do grupo na construção da identidade:

“A identidade parece muito em relação com os grupos culturais dos quais os jovens fazem parte, a riqueza está no encontro com os outros grupos. O grupo dá uma referência na construção da identidade, mas tem a dificuldade de virar um gueto: nosso papel é incentivar a convivência com o diferente.”

Um consenso geral parece ser que quanto mais o jovem se fortalece na relação com seu grupo de origem, mais conquista autonomia e legitimidade. Nesse sentido, os jovens apontam criticamente o fato que quando participam do projeto de uma ONG devem se envolver num gran número de atividades, ainda mais quando se beneficiam de uma bolsa ou passam a ser contratados pela instituição, o que dificulta a

---

<sup>24</sup> Para uma discussão aprofundada sobre a importância e as características da organização juvenil remeto ao texto de Helena Abramo “Participação e Organizações Juvenis”, Recife: Projeto Redes e Juventudes, 2004.

possibilidade de continuar desenvolvendo o trabalho no bairro, na comunidade, com o grupo de origem.

“Antes do participar do projeto da entidade os jovens tinham seu grupo, seus projetos. Agora muitos jovens que entraram na entidade desestruturaram seu grupo de origem.”

“Mesmo trabalhando 12h no projeto o resto dedico ao meu grupo. Quem planeja os projetos não pensa que nós temos outras atividades que queremos desenvolver. Os projetos tomam muito tempo do grupo, a carga horária maluca gera tensões, a gente não faz só isso. Só por causa da bolsa precisam fazer a gente correr desesperadamente?”

De fato, os jovens se colocam na sociedade, expressam suas demandas, participam no espaço público e interagem com outros atores sociais principalmente como sujeitos coletivos, grupos e organizações de jovens que definem e constroem de forma autônoma os sentidos de seu agir coletivo. Por isso o apoio à organização juvenil se reveste de um papel significativo na construção de atores sociais autônomos.

A questão que se coloca, para quem visa apoiar a organização dos jovens, é se as atividades propostas devem ser direcionadas aos indivíduos ou aos grupos. Nesse sentido, podemos distinguir três tipologias de projetos:

- a) os que escolhem trabalhar com indivíduos não pertencentes a grupos, e sensibilizá-los para que eles formem grupos e trabalhem em suas comunidades a partir do trabalho desenvolvido no projeto;
- b) os que se dirigem a indivíduos que participam de grupos juvenis existentes, com o objetivo de fortalecer os grupos e sua atuação por meio do trabalho desenvolvido com alguns representantes;
- c) os que definem trabalhar com a totalidade de um grupo juvenil.

Os que escolhem trabalhar com representantes de grupos, alertam que no processo os jovens se distanciam do grupo: “fortalecemos grupos de representantes e não fortalecemos os grupo de origem”. Como formar o indivíduo para fortalecer o grupo?

Por outro lado, a ênfase forte no indivíduo protagonista que orienta geralmente o trabalho na tipologia “a”, a mais difundida entre as ONGs, pode fazer perder de vista o movimento, o grupo. Ou pode levar a criar grupos “artificiais”, que assumem os objetivos e as estratégias estabelecidos pela ONG, sem de fato chegar a se constituir como grupos autônomos. Às vezes parece que, nessa abordagem, se considera que os

jovens se organizam exclusivamente a partir de uma intervenção externa, desconhecendo a vasta e diversificada realidade dos grupos juvenis existentes.

Muitos educadores concordam que a situação ideal seria fortalecer os indivíduos e os grupos, constituídos autonomamente, ao mesmo tempo. Mas como fazer isso é um grande nó.

Ao mesmo tempo é preciso se questionar sobre a natureza, as formas de organização e de atuação dos grupos juvenis:

“É preciso lembrar que os grupos são muito fluídos, isso pode ser um problema para nós, mas para eles não. O envolvimento deles não é contínuo, mas nossos trabalhos não comportam esse ritmo. Boa parte dos grupos hoje não existem mais.”

Essa diferença de ritmos entre os grupos juvenis e os projetos desenvolvidos pelas ONGs é uma das questões críticas apontadas. Vale lembrar que o ritmo (e a duração) dos projetos é geralmente definido pelos financiadores, que muitas vezes pretendem resultados “mágicos” em pouquíssimo tempo.

Um diferencial que observamos no trabalho das ONGs é entre quem trabalha nos bairros, nas comunidades, e quem somente traz os jovens na sede da ONG (geralmente no centro da cidade): cada vez menos ONGs se dispõem a fazer trabalho nos bairros; ao invés, o enraizamento no território faz com que os jovens participem das atividades propostas pelo projeto tendo como horizonte o trabalho no bairro, com seu grupo de origem, as necessidades e as potencialidades dos territórios da periferia. Dessa forma, é possível também envolver a comunidade nas ações promovidas pelos grupos.

Outra questão crítica apontada é a forma como é realizada a seleção de grupos ou indivíduos. Talvez por aquela falta de clareza sobre o universo juvenil, citada anteriormente, muitos projetos têm grande dificuldade para definir o perfil dos que querem atender. Ao mesmo tempo, citar as falhas na seleção provavelmente seja uma forma de camuflar as falhas do processo.

Uma das metodologias de trabalho com jovens que está se difundindo amplamente é a de incluir na formação deles, indivíduos ou grupos, a temática da elaboração de projetos, estimulando-os a elaborar projetos de intervenção social e, sucessivamente, a procurar financiamentos para a implementação desses. Nesse âmbito, alguns questionamentos importantes aparecem: estaríamos pressupondo a possibilidade de expandir ao infinito o modelo de intervenção e a criação de ONGs? Ou é possível encontrar outras formas jurídicas para os grupos se organizarem e ter acesso

aos recursos, que estejam mais em sintonia com a fluidez e as formas de se organizar desses grupos? Essas questões nos remetem à discussão sobre a relação do estado com a sociedade civil, esboçada anteriormente. Assim como a uma necessária análise sobre os modelos de financiamentos, públicos e privados, que se instalaram no país.

Outra questão: somente os grupos que se propõem desenvolver um trabalho social devem ser apoiados? E os grupos que simplesmente expressam as formas próprias de ser e de se colocar dos jovens na sociedade? De novo voltamos àquela distinção perigosa entre os “bons” e os “maus”. Por exemplo, hoje em dia para um grupo de jovens que ocupa uma casa abandonada para desenvolver suas atividades culturais, esportivas e de lazer, experimentando formas de autogestão, é extremamente difícil encontrar apoio e financiamentos. Mas para um grupo criado a partir da atuação de uma ONG, que se propõe atuar na comunidade para implementar algum serviço social, as coisas são relativamente mais fáceis.

Em todo caso, de fato os grupos juvenis que elaboram projetos próprios encontram muitas dificuldades para conseguir financiamentos. Por isso os educadores muitas vezes chegam à conclusão que:

“Os projetos de jovens devem ser pensados como um meio (de sensibilização, de organização) e não como um fim.”

“O objetivo deve ser fortalecer a identidade do grupo e sua capacidade de atuação. O projeto pode ajudar a encontrar um foco”.

“O projeto é meio para captar recursos. Mais o processo para chegar lá é mais interessante do que os próprios recursos”.

Mas se o processo de construir um projeto é mais importante do que a implementação do mesmo, então, os financiadores não deveriam tomar essa implementação como um indicador de sucesso da atuação da ONG.

Em todo caso, a proposta de criação de fundos de apoio aos grupos juvenis é uma reivindicação de muitas ONGs, que vários governos locais estão discutindo e, em alguns casos, já estão realizando<sup>25</sup>.

### 2.3 A participação na definição de políticas públicas

---

<sup>25</sup> Seria interessante, nesse sentido, conhecer de perto as experiências de outros países da América Latina, onde esses tipos de fundos foram implementados já há mais tempo.

Uma grande conquista dos movimentos sociais no Brasil tem sido a construção de espaços para participar da elaboração e do controle das políticas públicas que dizem respeito a um determinado setor, para que essas políticas possam ser elaborados a partir das propostas e das necessidades expressas pelos diretos interessados<sup>26</sup>.

Os jovens, sujeitos de direitos, vivem hoje uma experiência inédita no Brasil, e é a partir de suas vivencias pessoais e coletivas, da expressão de suas demandas e necessidades que devem ser elaboradas as políticas e os programas que lhe dizem respeito. Da mesma forma, deve ser garantida a participação deles no controle dessas políticas, porque sendo os diretos interessados têm a competência para avaliar, junto com outros, o bom andamento e o impacto das ações implementadas.

Nesse sentido, vale lembrar o que afirmamos anteriormente: sem desconhecer o papel importante que podem assumir as ONGs e outros atores que trabalham com jovens, que têm acumulado experiências e saberes importantes com relação ao universo juvenil, esses atores não podem substituir nem representar as vozes e os interesses dos atores juvenis na interlocução com o estado.

Mas quando se pensa em criar canais de participação dos jovens na definição das políticas publicas, é preciso considerar a grande diversidade do universo juvenil e suas diferentes formas de expressão e de participação na esfera pública; abrindo, portanto, espaços que contemplem a pluralidade e o diálogo entre essas diversidades.

Os espaços de participação que foram abertos até agora no Brasil privilegiaram um tipo de embate e de discussão política no qual os jovens do movimento estudantil e da juventude partidária têm mais facilidade para se colocar, porque manejam as linguagens, os códigos de comportamentos, as informações e os referenciais adequados aos canais de participação já instituídos. Os jovens dos grupos culturais, informais, que nas regiões metropolitanas são a grande maioria dos grupos que aglutinam jovens<sup>27</sup>, com os quais geralmente as ONGs trabalham, manejam outros códigos, outras linguagens, e muitas vezes não estão preparados para esse tipo de discussões e interlocuções. Nesse sentido, uma tarefa importante para as ONGs é preparar

---

<sup>26</sup> Existem hoje no Brasil uma variedade de formas que efetivam essa participação, como os Conselhos paritários, as Conferencias, o Orçamento participativo.

<sup>27</sup> No mapeamento realizado pela Prefeitura do Município de São Paulo em 2003, foram identificados 1600 grupos juvenis existentes na cidade, 35,6% dos quais ligados à cultura. Uma porcentagem muito parecida àquela encontrada na pesquisa realizada, no mesmo ano, pelo Fórum das Juventudes do Recife para mapear as organizações juvenis da cidade (cfr. “Juventude é atitude, qual é a sua?”, Recife : Forum das Juventudes, 2004)

politicamente, fortalecer os jovens para que consigam fazer ouvir suas questões e demandas com relação às políticas públicas. Recentemente, o movimento Hip Hop conseguiu avançar de forma bastante significativa nessa direção, inclusive por meio de uma articulação nacional e da construção de uma visibilidade política para suas ações, junto ao movimento negro. Ao mesmo tempo, é preciso pressionar para que esses espaços de participação contemplem a diversidade e superem as práticas tradicionais de organização do debate, permitindo o diálogo entre distintas práticas sociais.

Uma das formas que encontramos em nosso trabalho para fortalecer os jovens como atores sociais é apoiar sua participação, organizada e qualificada, nos espaços de discussão sobre políticas públicas de juventude que estão sendo abertos nos municípios, nos estados e em nível nacional; bem como abrir espaços de discussão na cidade, onde participam diferentes atores dos setores públicos, privados, jovens de grupos e ONGs, educadores, pesquisadores e técnicos de programas de governo. Nesses espaços os jovens participam das discussões colocando-se como interlocutores num debate plural e qualificado. Como disse Regina Novaes: "Acredito ser importante o diálogo intergeracional, porque vivemos coisas diferentes, e este diálogo é sempre tenso porque sempre somos os velhos ou os jovens de alguém. Assim como intrageracional, porque nascer no mesmo ano não significa ter a mesma cabeça; a experiência geracional é sempre inédita."<sup>28</sup> A criação de rodas de diálogo, fóruns e outros espaços de discussão é uma tarefa importante a ser assumida pelos diferentes atores envolvidos na definição de políticas públicas de juventude e, principalmente, pelos atores juvenis.

---

<sup>28</sup> Comentário feito no âmbito da oficina sobre elaboração de projetos de jovens, promovida pelo Redes e Juventudes, Gravatá dezembro 2003.